CATAGUÁ NAS CATANDUVAS

OCUPAÇÃO HUMANA E HISTÓRIA INDÍGENA DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - MG

Fundação Cultural de Varginha

CATAGUÁ NAS CATANDUVAS

OCUPAÇÃO HUMANA E HISTÓRIA INDÍGENA DO MUNICÍPIO DE VARGINHA, MG

Gustavo Uchôas Guimarães
Otávio Augusto Pereira Freitas

Varginha

2022

FICHA TÉCNICA

Vérdi Lúcio Melo: Prefeito Municipal

Leonardo Vinhas Ciacci: Vice-Prefeito

Marco Aurélio da Costa Benfica: Diretor-Superintendente da Fundação Cultural de Varginha

José Manoel Magalhães Ferreira: Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio Municipal Cultural de Varginha

Coordenadoria Técnica do Patrimônio Cultural:

Cláudio Henrique Martins
Danielle de Souza Guimarães
Eliana Cristina Costa
Denisvaldo Rocha

Estagiários:

Bruno Coelho Garcia
Núbia Paiva e Souza

Pesquisas e textos:

Gustavo Uchôas Guimarães | Otávio Augusto Pereira Freitas

Projeto gráfico e diagramação: Danielle de Souza Guimarães

Revisão: Ana Luiza Romanielo

Impressão: Gráfica Castelo| Batatais – SP | Outubro, 2022

Promoção: Prefeitura Municipal de Varginha | Fundação Cultural do Município de Varginha | Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha | Museu Municipal de Varginha

1. Patrimônio Cultural - 2. Arqueologia - 3. Povos Indígenas - 4. História - 5. Varginha

SUMÁRIO

Introdução 5
Conhecendo as fontes 6
As Cantaduvas e o município de Varginha 10
Arqueologia 11
Breve histórico das pesquisas arqueológicas na região 12
Conclusão 23
Referências 24

INTRODUÇÃO

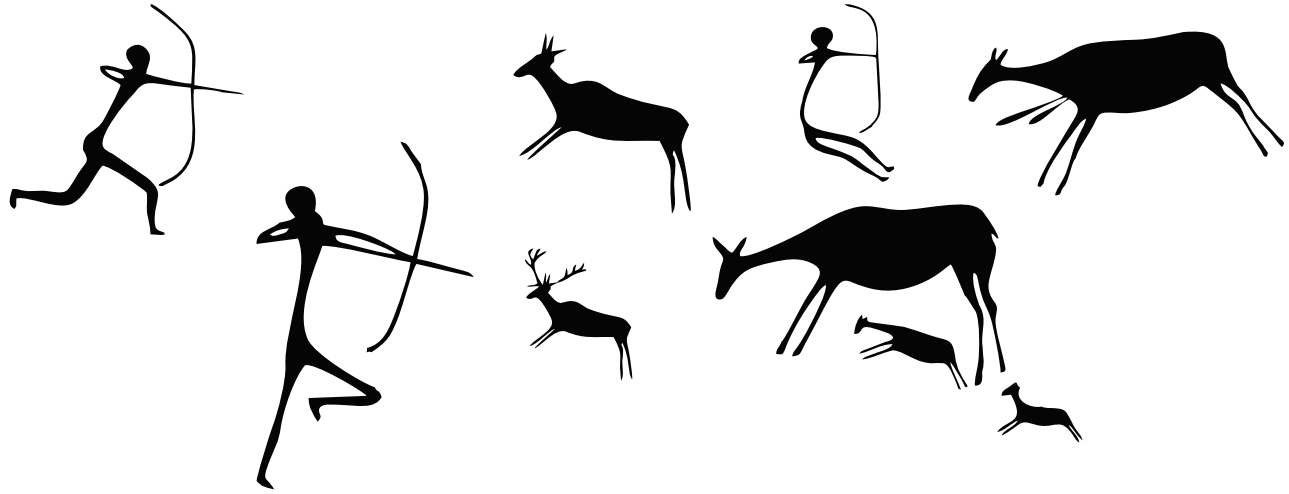
O município de Varginha abriga em seu território um expressivo número de sítios e vestígios arqueológicos atribuídos aos seus primeiros habitantes, os índios Cataguá ou Cataguases.

Representados pelas antigas aldeias e os objetos produzidos e utilizados pelos indígenas, esses testemunhos integram o conjunto de bens culturais do município e revelam a complexidade dos processos históricos que ocorreram na região desde alguns milênios antes da chegada e instalação dos colonizadores luso-brasileiros.

As evidências mais antigas da presença humana no Sul de Minas remontam há aproximadamente 10.000 anos, momento em que a região passou a ser explorada por pequenos grupos especializados na caça e coleta de recursos vegetais.

Por volta de 2.000 anos atrás, novos povos chegam à região. Organizados em grupos maiores e trazendo consigo a agricultura e a tecnologia cerâmica, eles provocaram uma verdadeira revolução no sistema de ocupação desse ambiente, que perdurou até meados do século XVIII, quando passou a ser substituído pelo modelo adotado pela sociedade colonial.

Com o intuito de conhecermos um pouco mais sobre as origens e a trajetória dos povos indígenas que participaram – e ainda participam – da formação cultural de Varginha, convidamos o leitor a embarcar conosco em uma viagem por esse passado longínquo, navegando através dos remanescentes arqueológicos e documentos históricos que testemunham essa História.



CONHECENDO AS FONTES...

Antes de iniciarmos nossa viagem pelos primórdios de Varginha, vamos conhecer as fontes de informação que dispomos sobre os seus primeiros habitantes e sua trajetória histórica, desde sua chegada à região até os dias atuais, compreendendo a presença indígena no município como uma História de longa duração.

Estes povos constituíam sociedades ágrafas, onde a transmissão do conhecimento ocorria, principalmente, através da tradição oral, não havendo, portanto, registros escritos de sua história até o estabelecimento dos primeiros contatos com os colonizadores europeus.

Para o período pré-colonial, que abarca a maior parte de sua trajetória histórica, as únicas fontes de informação disponíveis sobre eles estão associadas aos restos materiais de suas atividades, hoje representados pelos sítios e vestígios arqueológicos.

Concernente ao período pós-contato, os documentos oficiais e os relatos deixados pelos memorialistas, além das histórias e conhecimentos tradicionais transmitidos de geração em geração pela comunidade local, constituem as principais fontes de pesquisa.

Contudo, devido ao próprio caráter fragmentário dos testemunhos arqueológicos e a escassez de documentos e relatos sobre os indígenas que habitaram o município de Varginha, recorreremos a diferentes escalas de análise, adotando como recorte a área compreendida pela bacia hidrográfica do rio Verde.

Machado de mão de pedra polida.
Acervo: Museu Municipal de Varginha

Machado de mão de pedra polida.
Acervo: Museu Municipal de Varginha

Durante todo o processo histórico de ocupação, os cursos d'água que compõem a bacia exerceram uma forte influência sobre as comunidades humanas, funcionando como eixos de deslocamento pelo território e oferecendo as condições necessárias para o assentamento e a subsistência de diferentes sociedades.

Consequentemente, os indícios da presença indígena estão distribuídos por toda a bacia, revelando a antiguidade e a diversidade cultural das ocupações humanas durante o período pré-colonial e o contexto de inserção dos povos indígenas na recém-formada sociedade colonial.

Mapa da localização das fontes na área compreendida pela bacia hidrográfica do rio Verde.
Autor: Otávio Augustro Pereira Freitas, 2022.

A bacia hidrográfica do rio Verde possui uma área de aproximadamente 6.891 km^2 que abrange o território de 31 municípios sul-mineiros e integra a bacia do rio Grande, apresentando uma grande variedade de paisagens que refletem a diversidade geológica regional e sua influência sobre as formações vegetais.

O clima da bacia é classificado como tropical de altitude, com verões amenos e úmidos e invernos secos. A temperatura média anual é de 22° C e a precipitação média é da ordem de 1.500 mm anuais, com cerca de 60% das chuvas concentradas durante os meses de novembro, dezembro e janeiro.

O rio Verde nasce na vertente ocidental da Serra da Mantiqueira, onde o relevo apresenta feições montanhosas e escarpadas, com vales encaixados e cotas elevadas que ultrapassam os 2.000 metros de altitude nas superfícies cimeiras.

Seguindo seu percurso para o noroeste até atingir a Represa de Furnas, onde deságua, o rio atravessa os terrenos com uma topografia tipicamente ondulada, marcada pela presença dos morros e colinas de aspecto convexo que dominam as paisagens do médio e baixo curso.

No entanto, esse padrão é interrompido pelas cristas monoclinais que afloram na região central da bacia, orientadas no sentido NE-SW, conformando as serras de São Tomé e das Águas.

A bacia está inserida nos domínios da Mata Atlântica, com uma pequena porção do baixo curso situada na zona de transição entre esse bioma e o Cerrado.

A vegetação nativa é composta pelas florestas ombrófila densa e ombrófila mista*, que se manifestam copiosamente nos terrenos montanhosos da Mantiqueira, e a floresta estacional semidecidual ** que ocupa a maior parte da bacia, dando lugar às fisionomias típicas do Cerrado, notadamente o cerradão e os campos, à medida que se avança para o oeste, em direção à jusante.

VOCÊ SABIA?

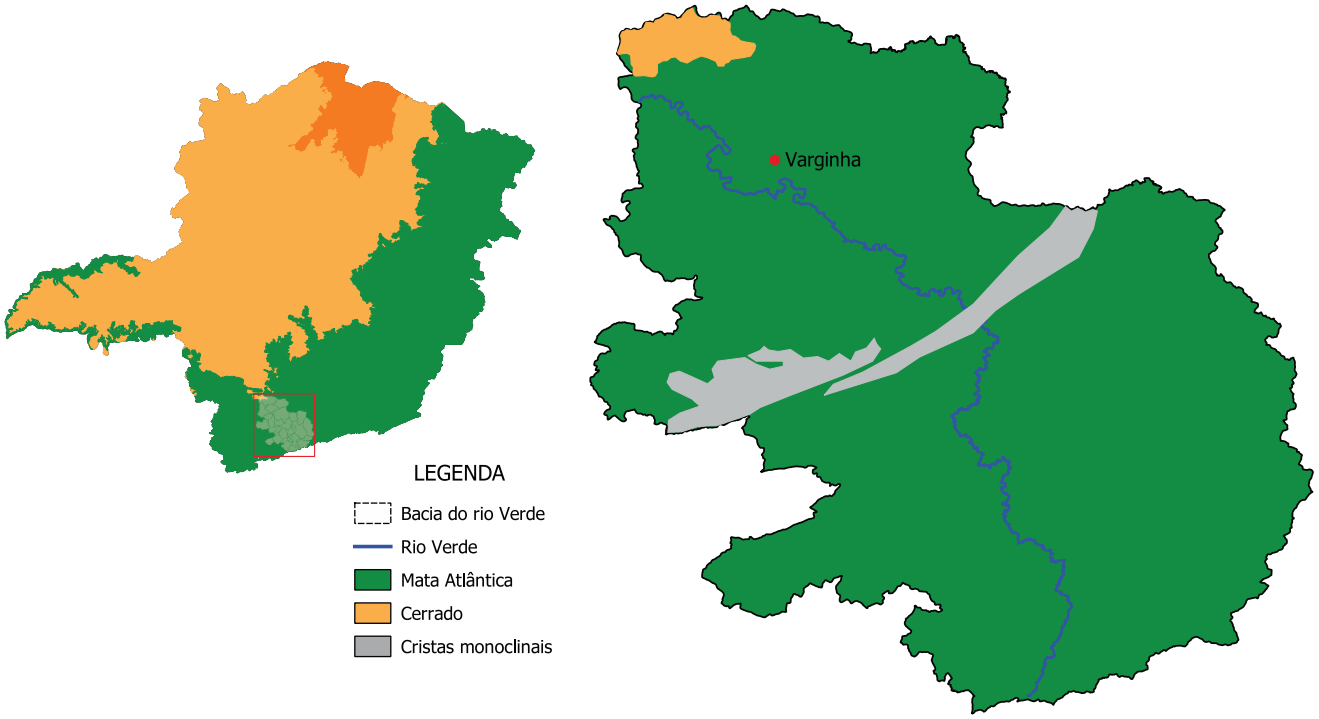
Florestas ombrófilas são aquelas que recebem chuvas constantes (no grego, a palavra "ombro" significa "chuva"). A ombrófila densa é mata fechada e a ombrófila mista é composta por árvores de araucárias.

Florestas estacionais semideciduais são aquelas que não recebem chuvas constantemente. Nas regiões destas florestas, há um período de chuvas e um de estiagem.

Áreas de tensão ecológica também ocorrem na região central da bacia, associadas à presença das cristas monoclinais de constituição quartzítica, onde a vegetação assume o aspecto dos campos rupestres.

Assim, ao longo de um percurso superficial de aproximadamente 220 quilômetros, o rio recebe importantes afluentes, como os rios Baependi, Lambari e Palmela e os ribeirões do Aterrado e da Espera.

Por conseguinte, a área compreendida pela bacia hidrográfica do rio Verde apresenta uma elevada diversidade biológica que, somada à sua geodiversidade, tem atraído as comunidades humanas desde os tempos imemoriais.



Características ambientais da bacia hidrográfica do rio Verde
Autor: Otávio Augustro Pereira Freitas, 2022.

AS CATANDUVAS E O MUNICÍPIO DE VARGINHA

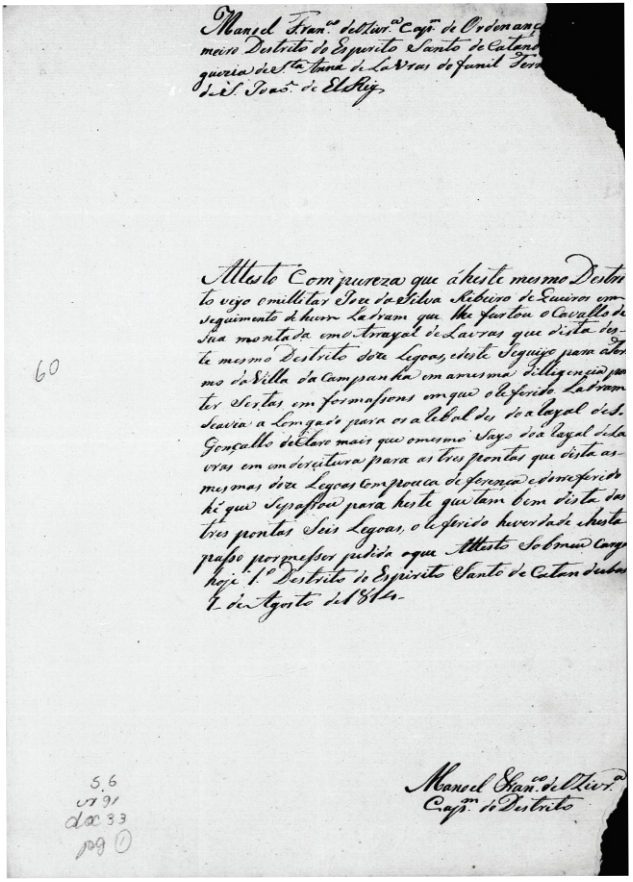
O município de Varginha está situado no baixo curso do rio Verde, no início da zona de transição entre os biomas da Mata Atlântica e do Cerrado.

Nessa região, a morfologia ondulada do relevo assume a forma de morros e colinas convexos e com declives suaves, onde as formações florestais são entremeadas pelas formações savânicas.

Devido às características fisionômicas de sua cobertura vegetal, típicas do Cerrado, a região ficou conhecida como *Catanduvas* entre o final do século XVIII e início do XIX, período que coincide com a formação do primeiro núcleo colonial, o *Distrito do Espírito Santo das Catanduvas*.

A palavra, de origem *Tupi*, era utilizada àquela época para designar as áreas de "mato duro", áspero e rasteiro, característicos na vegetação local. Mais tarde foi empregada por diversos pesquisadores para designar uma formação florestal do Cerrado, o cerradão, que também ocorre no município.

Desse modo, embora a região tenha deixado de ser conhecida como Catanduvas ainda no século XIX, a palavra mantém sua importância como uma referência cultural do município, legada pelos diferentes povos indígenas que participaram do seu processo histórico de formação.



Documento histórico, datado de 1814, que faz referência ao antigo topônimo do município, o Distrito do Espírito Santo das Catanduvas. Acervo: Arquivo Público Mineiro.

ARQUEOLOGIA

A Arqueologia é uma ciência que busca compreender as sociedades humanas a partir do estudo de sua **cultura material**, entendida como tudo aquilo que foi criado, produzido ou manipulado por um determinado povo ou cultura, de forma consciente ou inconsciente, e que se expressa materialmente, conformando o que conhecemos como **registro arqueológico**.

Nascida em meados do século XIX, acompanhando o desenvolvimento de outras disciplinas que também floresciam àquela época, especiallmente a Geologia e a Biologia, a Arqueologia emprega métodos e técnicas específicos para analisar o registro arqueológico e formular teorias interpretativas sobre o comportamento humano.

Embora seu nome derive da junção das palavras gregas, *Archeo* e *Logos*, literalmente traduzidas como o "estudo do antigo", a disciplina também se ocupa em estudar as sociedades modernas e atuais, sem se limitar a um período cronológico específico.

Os vestígios e sítios arqueológicos

Os vestígios arqueológicos compreendem todos os remanescentes materiais das atividades humanas, englobando desde os objetos produzidos e utilizados, como adornos, ferramentas e utensílios domésticos, até os restos alimentares e as marcas deixadas na paisagem, como estradas e canais de irrigação.

Os sítios arqueológicos, por sua vez, compreendem os locais onde são encontrados esses vestígios, apresentando uma grande variedade de tipologias que variam em função das atividades desenvolvidas naquele local e das características do seu processo de formação.

Esses sítios podem ser centros urbanos, edificações, cemitérios, aldeias, acampamentos, fontes de coleta de matéria-prima para a produção de artefatos e até mesmo áreas que apresentem o solo ou a vegetação alterados por ações antrópicas.

Na região, os sítios arqueológicos identificados até o momento são representados, principalmente, pelas grutas, cavernas e paredões decorados com pinturas rupestres e as áreas ocupadas pelas antigas aldeias, acampamentos e cemitérios indígenas, onde abundam fragmentos cerâmicos e ferramentas de pedra (artefatos líticos).

A proteção do patrimônio arqueológico

Considerados como elementos portadores de referência à identidade, à memória e à ação dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, os sítios e vestígios arqueológicos integram o acervo do Patrimônio Cultural Brasileiro, constituindo bens patrimoniais da União, conforme estabelecido no artigo 216 da Constituição Federal de 1988.

A natureza desses bens, assim como os critérios para sua proteção, são definidos pela Lei 3.924, de 26 de julho de 1961.

BREVE HISTÓRICO DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NA REGIÃO

A existência de vestígios arqueológicos remanescentes na área circunscrita pela bacia hidrográfica do rio Verde é conhecida desde a primeira metade do século XVIII, quando as pinturas rupestres que decoram as grutas e cavernas do atual município de São Tomé das Letras chamaram a atenção das autoridades reais.

Desde sua descoberta, na década de 1730, esses grafismos têm sido visitados, reproduzidos e interpretados por leigos e eruditos – muito antes, inclusive, do que a própria fundação da Arqueologia como disciplina científica.

Por conseguinte, a documentação produzida ao longo de quase 300 anos não tem precedentes na história da investigação desses vestígios. Apesar disso, os estudos foram pontuais e, na maioria das vezes, assumiram um caráter puramente exploratório.

Os estudos sistemáticos, entretanto, tiveram início somente na década de 1950, inaugurados pelo trabalho desenvolvido pelo Dr. Alcebíades Viana de Paula na região do baixo do curso do rio Verde.

O trabalho resultou na identificação dos primeiros sítios arqueológicos nos municípios de Carmo da Cachoeira, Elói Mendes e Varginha e na reunião de uma considerável coleção de artefatos, provenientes desses sítios e de achados fortuitos da região.

Reprodução dos grafismos rupestres presentes no município de São Tomé das Letras, século XVIII. – Códice Costa Matoso.

Coleção de artefatos líticos provenientes dos municípios de Carmo da Cachoeira, Elói Mendes e Varginha.
Fonte: PAULA, José Alcebíades de. **Achados arqueológicos na região de Varginha**". 1967.

Diferentemente do que ocorria em São Tomé das Letras, os sítios identificados pelo Dr. Alcebíades estavam localizados em áreas a céu aberto e eram caracterizados pela presença abundante de vasilhas e fragmentos cerâmicos, além de ferramentas de pedra polida e sepultamentos humanos.

Na década seguinte, foi realizado o primeiro levantamento arqueológico regional, empreendido pela equipe do Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB, sob a coordenação do Prof. Ondemar Dias Júnior.

O levantamento estava inserido no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA, que tinha como objetivo principal a elaboração de um quadro geral das culturas pré-coloniais brasileiras a partir da análise do registro arqueológico.

Na região, os trabalhos do PRONAPA contemplaram a bacia hidrográfica do rio Grande e de seus afluentes, Verde e Sapucaí, concentrando-se na área de inundação da Represa de Furnas.

Como resultado, foram detectados dezenas de sítios arqueológicos na região, caracterizados, em sua maioria, pela presença de vasilhas e fragmentos cerâmicos - semelhantes àqueles encontrados pelo Dr. Alcebíades na região de Varginha.

Posteriormente, os vestígios coletados nesses sítios, especialmente os fragmentos cerâmicos, foram classificados sob o enfoque teórico adotado pelo programa, dando origem à consagrada Tradição Aratu-Sapucaí.

A tradição descreve uma indústria cerâmica marcada pela produção de um variado conjunto de formas/vasilhas (vasilhame) com decoração simples, presente em diversos estados brasileiros e atribuída aos povos do tronco linguístico Macro-Jê.

Após um início promissor, os estudos entraram em um estado de inércia, timidamente interrompido pela realização de um novo levantamento na década de 1990, empreendido pela equipe de Arqueologia do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais – MHNJB/UFMG.

Durante o levantamento, foram detectados três sítios cerâmicos no município de Três Corações. Contudo, devido às características de sua cultural material, especialmente sua indústria cerâmica, esses sítios foram filiados a outra unidade cultural, a Tradição Tupiguarani, vinculada aos falantes do *Tupi*.

Na década de 2010, os trabalhos de Arqueologia Preventiva que precederam a instalação de um empreendimento energético em Varginha, resultaram na identificação de novos sítios cerâmicos no município, todos filiados à Tradição Aratu-Sapucaí.

Destarte, as escavações realizadas nesses sítios permitiram uma análise mais aprofundada sobre essas ocupações, fornecendo as primeiras datações absolutas para os sítios cerâmicos da região.

Na última década, ações voltadas para a identificação, a documentação e a proteção de sítios de arte rupestre têm crescido na área compreendida pela bacia do rio Verde, notadamente nos municípios de Baependi, Conceição do Rio Verde e São Tomé das Letras.

Ações voltadas para a preservação e a divulgação do patrimônio arqueológico regional também têm sido promovidas pelo Museu

Municipal de Varginha, que abriga uma importante coleção arqueológica.

De acordo com os dados do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – CNSA/IPHAN existem 31 sítios arqueológicos inventariados nos municípios que integram a bacia do rio Verde. Entretanto, inúmeros sítios identificados recentemente nessa área ainda encontram-se em processo de inventário e/ou cadastramento.

Apesar do elevado potencial informativo e do longo histórico de investigação, o conhecimento sobre as dinâmicas culturais e os processos históricos que ocorreram na região envolvendo os povos indígenas ainda permanece incipiente quando comparado à outras regiões do estado, como o norte e centro mineiros.

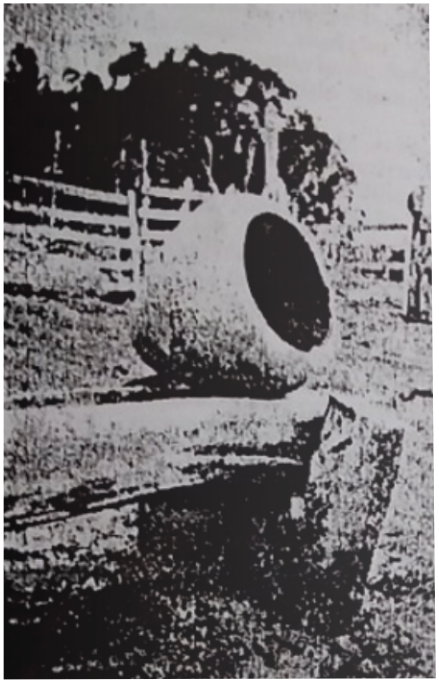
Breve histórico das pesquisas arqueológicas no município de Varginha

As primeiras notícias sobre a presença de vestígios arqueológicos em Varginha confundem-se com a própria história de fundação do município. Os relatos mais antigos remontam ao período de formação das primeiras fazendas e núcleos coloniais, no final do século XVIII.

A Fazenda dos Tachos, uma das mais antigas da região, tem seu nome associado, provavelmente, às vasilhas cerâmicas encontradas durante o estabelecimento da propriedade no último decênio do setecentos, descritas na tradição como "tachos de cobre".

A descoberta desses vestígios durante a instalação das fazendas parece ter sido um evento recorrente ao longo de todo o século XIX, dando origem a uma série de lendas e mitos que ainda hoje permeiam o imaginário popular.

Na década de 1950, esses achados chamaram a atenção do Dr. Alcebíades que realizou o primeiro estudo científico sobre o patrimônio arqueológico varginhense, inaugurando um histórico de mais de 70 anos de investigação arqueológica no município.



Urna funerária Aratu-Sapucaí encontrada na Fazenda das Posses, no município de Varginha. Dr. Alcebíades, 1967

Os resultados obtidos a partir dos seus estudos foram apresentados em duas publicações científicas, tornando-se célebre o artigo intitulado "Achados arqueológicos na região de Varginha", publicado no ano de 1967 na Revista da Associação Médica de Minas Gerais.

Devido à sua posição de vanguarda no cenário regional, Varginha foi escolhida para ser o centro de operações dos trabalhos empreendidos no âmbito do PRONAPA, na década de 1960, culminando no inventário de dois sítios arqueológicos no município, identificados anteriormente pelo Dr. Alcebíades e atribuídos à Tradição Aratu-Sapucaí durante o programa.

A fundação do Museu Municipal de Varginha, no ano de 2000, marca o início das ações institucionais voltadas para a preservação e a valorização do patrimônio arqueológico do município, através da curadoria e da exposição das peças doadas pela população e da realização de atividades de Educação Patrimonial.

Na década de 2010, as pesquisas arqueológicas desenvolvidas durante o processo de licenciamento ambiental da Pequena Central Hidrelétrica Boa Vista II – PCH Boa Vista II, evidenciaram a existência de mais três sítios arqueológicos no município, todos filiados à Tradição Aratu-Sapucaí.

Durante as pesquisas, um dos sítios identicados foi escavado, permitindo a recuperação de uma coleção de aproximadamente 600 peças, composta, majoritariamente, por fragmentos cerâmicos de vasilhas e potes indígenas.

Amostras cerâmicas coletadas durante a escavação foram datadas pelo método conhecido como termoluminescência, indicando que o sítio estava sendo ocupado pelos indígenas há cerca de 250 anos atrás, ou seja, em meados do século XVIII, período que também coincide com a formação das primeiras fazendas e núcleos coloniais (ZANETTINI, 2017).

Nos últimos anos, iniciativas como o projeto "Cataguá das Catanduvas: ocupação humana e história indígena do município de Varginha", desenvolvido a partir de uma parceria entre pesquisadores e o Museu Municipal, tem contribuído para a ampliação do conhecimento sobre os povos indígenas que habitaram o município e participaram, ativamente, do seu processo histórico de formação.

Dr. Alcebíades Viana de Paula. Médico e um dos grandes expoentes intelectuais do município de Varginha

Os vestígios arqueológicos e os povos indígenas que ocuparam a bacia hidrográfica do rio Verde

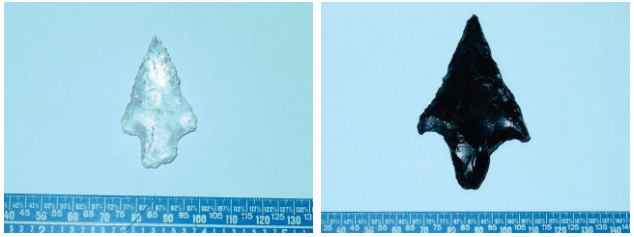
Os povos indígenas que ocuparam a região compreendida pela bacia hidrográfica do rio Verde durante o período pré-colonial podem ser classificados, a partir das evidências presentes no registro arqueológico, em dois grandes grupos: populações não ceramistas (pré-cerâmicas) e populações ceramistas.

O primeiro grupo é representado pelas sociedades de caçadores coletores responsáveis pelo povoamento inicial desse território, iniciado há aproximadamente 10.000 anos atrás. A origem desses povos ainda é incerta, contudo, as informações disponíveis até o momento, indicam que a região constituía um entroncamento entre duas das principais rotas de interiorização da colonização humana nas terras baixas da América do Sul durante a transição entre o Pleistoceno-Holoceno, formadas pelas bacias do São Francisco e da Prata.

Os principais indícios da presença dessas populações na região são os abrigos, grutas e cavernas decorados com pinturas rupestres e utilizadas para diversos fins, além dos sítios constituídos pelos antigos acampamentos e oficinas líticas, onde eram produzidos as ferramentas e os artefatos de pedra lascada, especialmente as pontas de projétil, um dos elementos mais característicos dessas populações no registro arqueológico.

Na bacia do rio Verde, os sítios de registro rupestre atribuídos a essas populações estão presentes nos municípios de São Tomé das Letras, Conceição do Rio Verde, Baependi e Pedralva, concentrando-se, sobretudo, nos dois primeiros, onde estão associados às cristas quartzíticas que interceptam a porção central bacia.

Detalhe dos grafismos rupestres que caracterizam o sítio arqueológico Jurumirim, no município de Conceição do Rio Verde.



Pontas de projétil identificadas no município de Andrelândia, situado do alto curso do rio Grande – Acervo do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas do Alto Rio Grande.

Contudo, o número de informações sobre esses povos ainda é bastante reduzido quando comparado ao segundo grupo, formado pelas

populações ceramistas, constituídas, em sua maioria, por sociedades de agricultores ceramistas, cujos descendentes estabeleceram contato com os colonizadores luso-brasileiros a partir do século XVII, havendo portanto, além dos remanescentes arqueológicos, registros históricos que, embora fragmentários, guardam valiosas informações sobre eles.

Por conseguinte, a cerâmica é o principal elemento diagnóstico dessas populações no registro arqueológico, comumente associada à artefatos líticos, lascados e polidos, enterramentos humanos, restos alimentares e manchas de solo escuro (devido à ocupação contínua daquele local e a realização de atividades domésticas).

Os sítios são formados pelas antigas aldeias, cemitérios e acampamentos indígenas, que muitas vezes foram reocupados pela sociedade colonial durante a fundação e o estabelecimento das primeiras fazendas, como pode ser observado no município de Varginha.

Com base nas informações disponíveis no registro arqueológico e nos relatos históricos existentes, os povos ceramistas que ocuparam a região compunham dois blocos culturais distintos, um de matriz Tupi e o outro Jê***.

Na área da bacia, os sítios atribuídos aos povos Tupi estão localizados no município de Três Corações, que possui três sítios inventariados até o momento. Os sítios vinculados às populações Jê, por sua vez, predominam no baixo curso do rio Verde, notadamente nos municípios de Varginha, Carmo da Cachoeira, Elói Mendes e Três Pontas.

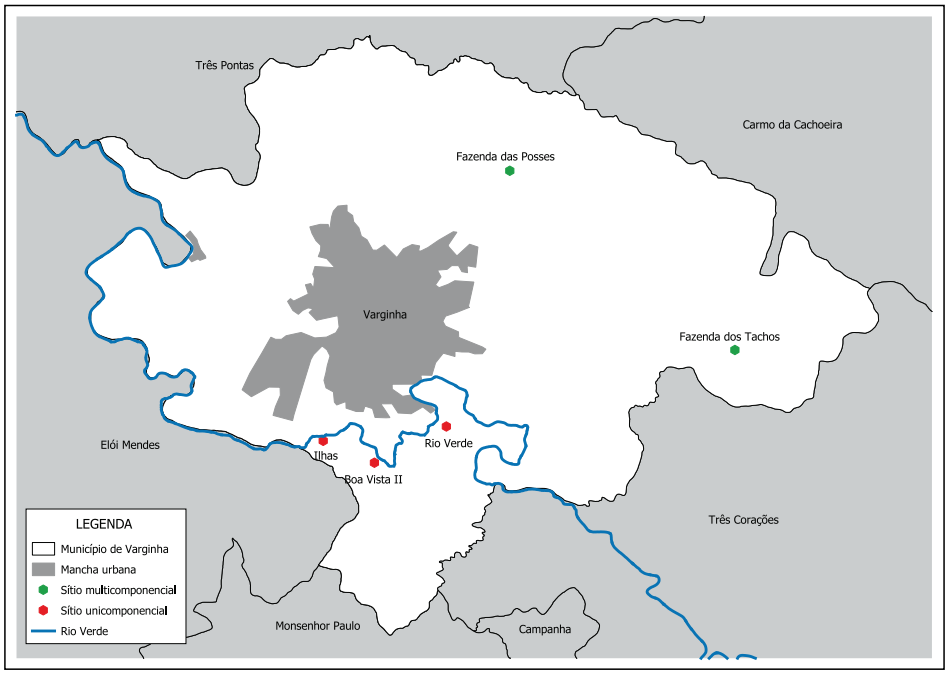
VOCÊ SABIA?

Tupi e Jê são nomes que se referem às classificações feitas por pesquisadores das histórias, culturas e línguas indígenas. O grupo (tronco linguístico) Tupi compreende diversas línguas e culturas que ocorrem no litoral brasileiro e em porções do interior (em todas as regiões do Brasil). O grupo (tronco linguístico) Jê compreende línguas e culturas que também ocorrem em todas as regiões do Brasil, só que no interior do país.

Os remanescentes arqueológicos e os povos indígenas que ocuparam o município de Varginha

O território atualmente compreendido pelo município de Varginha possui cinco sítios arqueológicos inventariados, todos caracterizados pela presença abundante de vasilhas e fragmentos cerâmicos filiados à Tradição Aratu-Sapucaí e atribuídos aos povos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê.

De modo geral, a Tradição Aratu-Sapucaí descreve uma indústria cerâmica marcada pela produção de um variado conjunto de formas (vasilhame), especialmente vasilhas globulares e piriformes de grande volume, destinadas ao armazenamento de líquidos e grãos, grandes urnas funerárias e pequenas vasilhas geminadas, além de pratos e tigelas (PROUS, 1992).



Sítios arqueológicos identificados no município de Varginha . Autor: Otávio Augustro Pereira Freitas, 2022.

Associados a esses vestígios, são comumente encontrados cachimbos tubulares e fusos cerâmicos, possivelmente empregados na fiação do algodão. Os artefatos líticos, por sua vez, compreendem lascas expedientes e ferramentas mais robustas, como machados e mós de pilão, produzidos através da tecnologia do polimento e utilizados na agricultura e no processamento de seus produtos.

Desse modo, no baixo curso do rio Verde, próximo a sua confluência com o Sapucaí, os sítios filiados a referida tradição estão associados à existência, pretérita, das grandes aldeias construídas pelos povos Jê do Planalto Central que teriam chegado a essa região por volta de 1.200 anos atrás, participando ativamente da construção das paisagens que conhecemos hoje.

Esses povos praticavam uma sofisticada economia bimodal, configurada a partir da alternância entre períodos de dispersão e agregação em grandes aldeias, internamente estruturadas por um conjunto de metades cerimoniais, grupos etários e segmentos residenciais que impulsionavam a formação de grandes contingentes populacionais, necessários a manutenção desse sistema (FAUSTO, 2010).

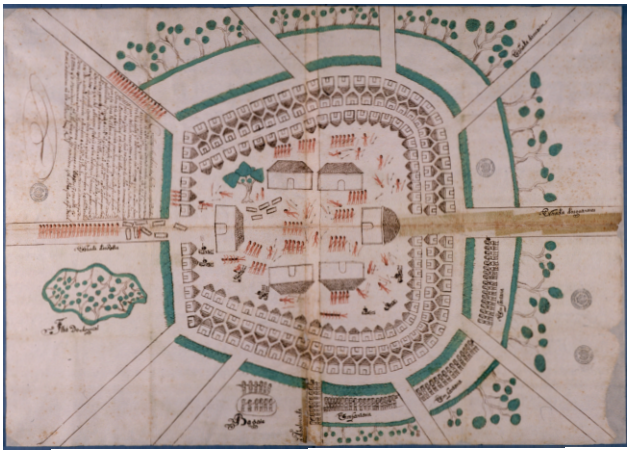


Ilustração de uma aldeia Jê (séc. XVII)

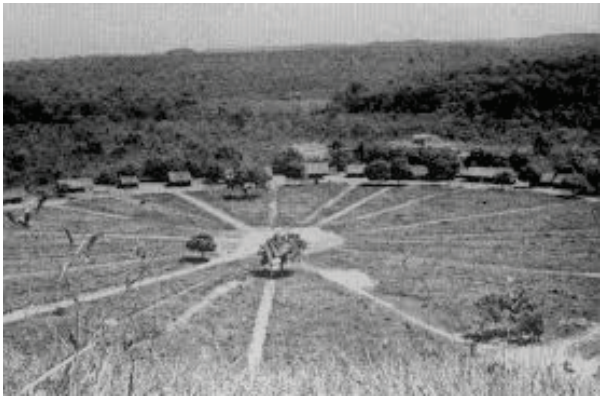


Foto aérea de uma aldeia Jê na década de 1970 – Aldeia Pedra Branca

No município, os sítios vinculados a esses povos estão distribuídos em um ambiente de transição, marcado pela interface entre os domínios da Mata Atlântica e do Cerrado, testemunhando a adoção de elaboradas estratégias de "domesticação" desse ambiente, expressas no desenvolvimento de um sistema agrícola especializado no cultivo do milho e da batata-doce através do manejo ecológico dos recursos naturais.

As características espaciais desses sítios ainda indicam a existência de um padrão de assentamento organizado a partir da construção de grandes aldeias circulares, instaladas, preferencialmente, na meia encosta de morros e colinas de aspecto convexo e vertentes suaves que caracterizam o relevo varginhense e predominam no baixo curso do rio Verde.

Além dos sítios, o município ainda guarda um importante acervo, representado pelas coleções arqueológicas "particulares" e institucionais, com destaque para aquela depositada no Museu Municipal, constituída por vasilhas inteiras, machados e mãos de pilão, cachimbos e um grande número de fragmentos cerâmicos.

Embora representem uma pequena parcela da herança cultural deixada por esses povos – constituída, principalmente, por manifestações intangíveis e intrinsecamente arraigadas em nossos modos de fazer, viver e criar – o estudo desses vestígios pode trazer valiosas informações sobre os povos indígenas que ocuparam o município de Varginha durante o período pré-colonial e estabeleceram os primeiros contatos com a recém formada sociedade colonial.

Os relatos e documentos históricos sobre a presença indígena na bacia hidrográfica do rio Verde

Além dos remanescentes arqueológicos anteriormente descritos, também podemos recorrer a documentação histórica para aprofundarmos o tema da presença indígena em Varginha. A princípio, temos a documentação produzida por historiadores e memorialistas que escreveram sobre Varginha. Neste caso, porém, há que se considerar que, até a segunda metade do século XX, era tradicional que a escrita sobre história local e regional deixasse os indígenas em segundo plano, como um apêndice à história ou com alguma breve menção no relato das origens da localidade. Esta prática era reflexo de uma visão histórica focada nos "vencedores" (os colonizadores), refletida nas inúmeras produções Brasil afora, incluindo as que se debruçaram sobre a história de Varginha.

Neste sentido, não se vê menções a indígenas, por exemplo, nos relatos sobre a história varginhense feitos pelas edições do Almanaque Sul-Mineiro (1874 e 1884), de Bernardo Saturnino da Veiga, e em produções do início do século XX que mostravam a história do município (como o "Álbum da Varginha", de 1918). Em produções do Monsenhor José do Patrocínio Lefort, temos pouquíssimas menções: em seu livro "Varginha" (1950), por exemplo, as únicas referências ao elemento indígena são a explicação do nome Catanduvas e uma menção ao explicar o nome da Fazenda dos Tachos. Além da prática referida no parágrafo anterior, podemos atribuir estas poucas informações também ao que os autores tinham à sua disposição no momento em que pesquisaram e escreveram. Lembremos, por exemplo, que os primeiros materiais relevantes divulgados sobre a presença indígena em Varginha foram os trabalhos do Dr. Alcebíades e do PRONAPA, ambos na década de 1960.

Voltando um pouco no tempo até o século XVIII, veremos a formação de Varginha no contexto da expansão da colonização no sul de Minas, que incluía a doação de terras (chamadas "sesmarias") para que fazendeiros explorassem a terra e povoassem os "sertões" (embora possamos questionar um pouco a ideia de povoamento, haja visto que a região não era desabitada). A região era caminho entre a zona de exploração de ouro e o litoral de São Paulo e Rio de Janeiro, de modo que o governo português estabeleceu caminhos oficiais (a Estrada Real) para o transporte do ouro que, obrigatoriamente, teria de passar pela Serra da Mantiqueira, nascente dos três principais rios sul-mineiros: Grande, Sapucaí e Verde. Ao longo destes rios, formaram-se povoados e vilas a partir da presença de exploradores que buscavam ouro e/ou praticavam a agricultura e a criação de animais. Com a formação dos povoados, surgiram também as primeiras paróquias, importantes regiões administrativas religiosas em cujos registros temos boa parte das primeiras documentações que nos permitem estudar mais a fundo o sul de Minas.

Nas proximidades de Varginha e do rio Verde, as primeiras paróquias foram as de Aiuruoca, Baependi e Campanha, criadas nas décadas de 1710 a 1730. Nos registros destas paróquias, podemos ter um panorama da presença dos chamados "índios coloniais". Segundo a professora Drª Maria Leônia Chaves de Resende (2003), "índio colonial" era o indivíduo de origem

indígena que vivia nos ambientes formados pelo colonizador, ou seja, estava fora do ambiente de seu povo e incorporado à sociedade colonial. A presença de índios coloniais nos primeiros povoados do sul de Minas se dava em razão do contato (muitas vezes violento) entre indígenas e colonizadores em São Paulo. Muitos colonizadores paulistas passavam a Serra da Mantiqueira, por diversos motivos, e se estabeleciam ao longo dos principais rios sul-mineiros, levando consigo os chamados "carijós", indígenas de origem Guarani que se estabeleciam em São Paulo, a grande maioria das vezes pelo uso da força, capturados e escravizados por expedições de bandeirantes que iam para o sul do Brasil (MONTEIRO, 1994).

Tanto em Aiuruoca como em Baependi e Campanha, os primeiros registros trazem ao nosso conhecimento a presença de carijós em suas recém-criadas paróquias. Nos registros, vemos como os carijós se integravam à sociedade colonial que se formava na região. A ideia de "integração" que aqui pensamos é a descrita por John Manuel Monteiro (1994), segundo o qual colonizadores e indígenas tiveram fortes contatos culturais (muitas vezes pela violência) e isto trouxe transformações às culturas dos dois lados. Por exemplo, muitos indígenas aceitavam a fé católica, nem sempre por convicção religiosa, mas por interesses vários. Nos casos aiuruocano, baependiano e campanhense, vemos indígenas sendo batizados e se casando (tanto entre eles quanto com pessoas de outros grupos), muitos deles sendo apresentados nos documentos como "administrados", uma situação jurídica que, segundo John Manuel Monteiro, colocava indígenas sob a "administração" de colonizadores que deveriam dar-lhes ensinamentos religiosos e trabalho. Porém, o que ocorria, em várias situações, era a condição de "administrado" sendo usada para acobertar a escravização de indígenas (o que era proibido pela Coroa Portuguesa).

A presença dos carijós nas proximidades de Varginha, assim como a presença de grupos indígenas na própria região em que se formou Varginha (como apontam as descobertas arqueológicas), mostram o processo de transformação pela qual passou a região do rio Verde a partir da colonização, com os contatos entre indígenas e colonizadores, a formação de uma sociedade colonial na qual o indígena foi um elemento presente e a qual se integrou, o que foi, com o passar do tempo, "apagado" nos registros graças a adoção de diversas nomenclaturas que disfarçavam a origem indígena de parte da população desta sociedade colonial.

É o que vemos, por exemplo, na utilização da palavra "pardo", no início do século XIX. Em Varginha, foi feita uma contagem da população, em 1831, apontando um total de 1855 habitantes, dos quais 416 foram identificados como pardos. Ao partir de uma discussão feita em torno da palavra "pardo" e seu uso no século XIX (OLIVEIRA, 1997; TEIXEIRA, 2015; SANTANA DO Ó, 2018; SANTOS, 2021), pode-se atestar que uma parte dos pardos de Varginha tinha origens indígenas, apesar de não sabermos se as origens tinham a ver com indígenas locais ou de fora.

Outra nomenclatura que foi utilizada no século XIX foi o termo "caboclo", que também aparece em registros de Varginha: no censo de 1872, o Espírito Santo das Catanduvas tinha 295 habitantes classificados como "caboclos" (além

dos quase dois mil habitantes classificados como "pardos", sendo estes livres ou escravizados). Estes caboclos eram o "índio confundido com a massa da população" (SANTANA DO Ó, 2018), tendo consciência de sua origem indígena, mas, muitas vezes, sem saber informações sobre a própria etnia de origem.

Do século XIX para cá, os censos apontam presença indígena em Varginha. No censo de 2010, o mais recente, 69 pessoas se declararam indígenas entre a população varginhense. Podemos pensar em pessoas que saibam de sua origem indígena, inclusive seu pertencimento étnico; ou, mais provavelmente, pode-se pensar em indivíduos que, por motivos vários, sabem de suas raízes indígenas, mesmo não tendo informações mais detalhadas a respeito destas raízes.

Quem são estas pessoas? Por que indivíduos se declaram indígenas em Varginha? Que histórias têm estas pessoas? Quais as suas origens? São questionamentos para futuras e mais profundas pesquisas e discussões.

CONCLUSÃO

As pesquisas em torno da Arqueologia e da História Indígena se avolumam nas últimas décadas, com a preocupação dos pesquisadores em trazer luz às histórias e culturas de grupos que, no passado, sofreram todo tipo de violência, inclusive o apagamento na documentação histórica, como podemos ver, por exemplo, no século XIX, em que a construção de uma identidade nacional valorizava mais o elemento europeu (considerado moderno) e relegava o indígena a um distante passado.

No sul de Minas Gerais (e, mais especificamente, Varginha, no contexto da bacia do rio Verde), o trabalho arqueológico se soma ao trabalho historiográfico no esforço de descobrir, analisar e disponibilizar cada vez mais dados que permitam vislumbrar o passado (e o presente) indígena da região. Este esforço é importante para auxiliar aqueles que escrevem e discutem a história regional e local.

Até aqui, temos em Varginha o que, aos poucos, aparece como evidências de uma História Indígena que se desenrola não apenas antes do contato com o colonizador, mas também após este contato e que se transforma na medida em que todos os participantes da formação de Varginha fazem trocas culturais, se integram e assumem novas dinâmicas sociais. Nestas novas dinâmicas, as novas gentes que chegam à região trazem a língua portuguesa, o catolicismo, a estrutura escravagista que caracterizava a época, entre outros elementos; mas, tais aspectos não deixaram de conviver com o indígena, independente de ser de algum grupo local ou de algum grupo vindo de outras regiões e independente deste indígena ser chamado de "índio" e "caboclo" ou de ser diluído, pelas documentações oficiais, na categoria "pardo". Estes elementos dialogam e se entrelaçam.

Tamanha riqueza arqueológica, histórica e social já vem sendo bem tratada em Varginha (pesquisas do PRONAPA, mais de 50 anos atrás, e o trabalho do Museu Municipal em torno das peças indígenas de seu acervo, para ficar com dois exemplos) e este trabalho ainda oferece muitas possibilidades para refletirmos sobre nossas raízes, valorizarmos ainda mais nossa localidade e promover nossa História perante os belos rincões mineiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Recenseamento do Brazil em 1872**. Volume 7, Minas Geraes - Primeira Parte, p. 440. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v7_p1_mg.pdf Acesso em 27.mai.2019.

DIAS, Ondemar. **PRONAPA - Uma história da arqueologia brasileira contada por quem a viveu**. Entrevista concedida a Jandira Neto em jan.2014. Disponível em: http://www.arqueologia-iab.com.br/publications/download/28. Acesso em 12.fev.2022.

_____. Breves notas a respeito das pesquisas no sul de Minas Gerais. **Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, nº 15, 1971, p. 133-148.

DICIONÁRIO MICHAELIS. **Pardo**. Disponível em https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/pardo/. Acesso em 13.abr.2022.

FAUSTO, C. Os índios antes do Brasil. Rio de Janeiro. Zahar. 2010.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE VARGINHA. **Memórias das Catanduvas: Varginha e seu patrimônio cultural**. Disponível em: https://www.fundacaoculturaldevarginha.com.br/arquivos/patrimoniocultural/cartilha_memorias_das_catanduvas.pdf. Acesso em 30.out.2020. Publicado em 2013.

HENRIQUES, Gilmar; COSTA, Fernando; KOOLE, Edward. O Alto São Francisco e o mito dos Cataguá: contribuições para a história indígena em Minas Gerais. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 14, p. 195-208, 2004. Disponível em https://core.ac.uk/download/pdf/268352066.pdf. Acesso em 02.mar.2021.

HENRIQUES JÚNIOR, Gilmar Pinheiro. **Arqueologia Regional da Província Cárstica do Alto São Francisco:** um estudo das tradições ceramistas Una e Sapucaí. 2006. 96 p. Dissertação (mestrado), Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, São Paulo.

LEFORT, Monsenhor José do Patrocínio. **10º Anuário Eclesiástico da Diocese da Campanha**. Campanha: Tipografia Santo Antônio, 1948.

_____ **Varginha:** monografia histórico-geográfica e estatístico-religiosa pelo centenário da paróquia a 1º de junho de 1950. São Paulo: Gráfica São José, 1950.

MACIEL, José Mauro. **Ayuruoca nos setecentos: Nossa terra, nosso ouro, nossa gente**. Aparecida: Santuário, 2014.

MANO, Marcel. Fragmentos de História e composições etnológicas: marcas indígenas nos caminhos das minas. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 25, n. 3, p. 744-763, set./dez.2020. Disponível em http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/40780/pdf. Acesso em 20.mar.2021.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
OLIVEIRA, João Pacheco de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 3, n. 6, 1997, p. 61-84. Disponível em https://www.scielo.br/j/ha/a/fh9cpRfmbxt4QNkmvnZyffg/?lang=pt. Acesso em 01.abr.2022.
PARANHOS, Paulo. A passagem bandeirante pelo Caminho Velho das Minas Gerais. **Revista da ABRASP**, nº 11, 2005, p. 11-24. Disponível em: http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev11_art2.pdf. Acesso em: 14.out.2018.
_____. Os primeiros núcleos populacionais no sul das Minas Gerais. **Revista da ABRASP**, nº 13, 2007, p. 61-70. Disponível em: http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev13_art2.pdf. Acesso em 04.out.2018.
PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (AIURUOCA). **Livro de 1734-1749**, Assentos de Batizados, f. 154 (verso) e 155 (frente).
PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE MONTSERRAT (BAEPENDI). **Livro de 1723-1745**, Assentos de Batizados, f. 33 (verso).
PARÓQUIA SANTO ANTÔNIO (CAMPANHA). **Livro de 1748-1777**, Assentos de Batizados, f. 9 (frente).
PAULA, Alcebíades Viana de. Achados arqueológicos na região de Varginha. **Revista da Associação Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 19, nº 2, 1967, p. 98-106.
PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.
RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **Gentios brasílicos: índios coloniais em Minas Gerais setecentista**. 2003. 388p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280439. Acesso em 12.out.2018.
RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Hal. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. **Tempo**, Universidade Federal Fluminense, Niterói, v. 12, n. 23, 2007, p. 5-22. Disponível em https://www.scielo.br/j/tem/a/4TcLxyjQtRVdjGG9FPxFTwG/abstract/?lang=pt. Acesso em 23.dez.2019.
SALES, José Roberto. **Breve História de Varginha (MG) 1763-1922**. Varginha: Edição do autor, 2007. Disponível em: https://fundacaoculturaldevarginha.com.br/wp-content/uploads/2021/04/Breve-Historia-de-Varginha-1763-a-1922-.pdf. Acesso em abr.2021.
SANTANA DO Ó, Elaine. **Discutindo o trabalho indígena na mata sul de Pernambuco na segunda metade do século XIX**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em História, Campina Grande, PB. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/1825. Acesso em 13.abr.2022.
SANTOS, Denis Moura dos. **Pardos: A visão das pessoas pardas pelo Estado brasileiro**. Curitiba: Appris, 2021. 1ª ed.

TEIXEIRA, Luana. **Integrados à massa da população: índios e a categoria "pardo" nas contagens populacionais do Império**. Disponível em: http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/luanateixeira.pdf Acesso em: 14.jun.2015. 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Universidade Federal de Santa Catarina, 15 a 18.mai.2013.
ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Programa de Resgate e Educação Patrimonial PCH Boa Vista II - Município de Varginha, Estado de Minas Gerais**. Relatório final de resgate arqueológico. Jun.2017. Coordenado por Paulo Eduardo Zanettini.

PREFEITURA DE
VARGINHA
ORGULHO DA NOSSA TERRA
E DA NOSSA GENTE
FUNDAÇÃO CULTURAL
DE VARGINHA
Ars in Totum